

Com o patrocínio da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia)

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

DIREÇÃO:

Armando Pimentel (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do

Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Artete Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Francisco Ferreira Monteiro (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Departamento de Fitoecnia e Eng. Rural/Universidade de Trás-os-Montes

e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Françoís Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luis Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitoecnia e Eng. Rural/Univ.de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

SECRETARIADO:

Paula Montes Leal, Natália Favrelle da Costa e Adelaide Gil

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 55038 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156 ■ E-mail: gehvid@letras.up.pt

Fotografia da capa: «Encaixotamento do vinho do Porto». Foto Alvaro, ca. 1940. Arquivo do Instituto

do Vinho do Porto.

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Assinatura anual (2 números):

Instituições: 4000\$00; **Indivíduos:** 3500\$00

Preço deste número: 3000\$00

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Por lapsos, no número anterior, não foi mencionado o nome do tradutor do texto «O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX», de Norman R. Bennett. Apresentamos, assim, as nossas desculpas ao Dr. José Alvaro Monteiro da Costa que fez a referida tradução.

SUMÁRIO

7 Editorial

Estudos

11 Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão
Ricardo Teixeira

29 As legiões romanas no vale do Douro na época de Augusto e da dinastia Júlio-Claudia (31 a. C. – 68 d. C.)
Júlio Rodríguez González

49 «Por ser de sua lavra e cutelo»: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média
Amândio Jorge Morais Barros

89 O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à história política
Margarida Garcez Ventura

95 A alfândega de Freixo de Espada-a-Cinta em 1517
Paula Maria de C. Pinto Costa ■ Júlia Isabel C. Campos Alves de Castro

109 O motim de Murça de 1587
Aurélio de Oliveira

117 O Douro: estrada fluvial nos alvares do século XVIII
António M. de Barros Cardoso

133 Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX
Jorge Martins Ribeiro

Documentos

161 Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia Gaspar Martins Pereira ■ Natália Favrelle da Costa

Outros vinhos

179 O comércio dos vinhos Mátiga no século XX: antes e depois da criação do Conselho Regulador da Denominação de Origem
Elena Ruiz Romero de la Cruz

Relatórios e notas de pesquisa

201 Os vestígios alto-medievais de Mumentos (Fonte Longa – Meda)
Carlos A. Brochado de Almeida ■ Luís Jorge S. Guedes da Silva

211 Povamento e morte na paisagem de Areola (Meda): subsídios para uma diacronia da ocupação
Pedro Baêre de Faria ■ João Viana Antunes

220 Aspectos da História Antiga de Longroiva
João Viana Antunes ■ Pedro Baêre de Faria

225 Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospeção arqueológica
João Viana Antunes ■ Pedro Brochado de Almeida

230 Casteigão, núcleo sepulcral de «Mosteiros»
Pedro Baêre de Faria ■ Cláudio Laranjeira Brochado

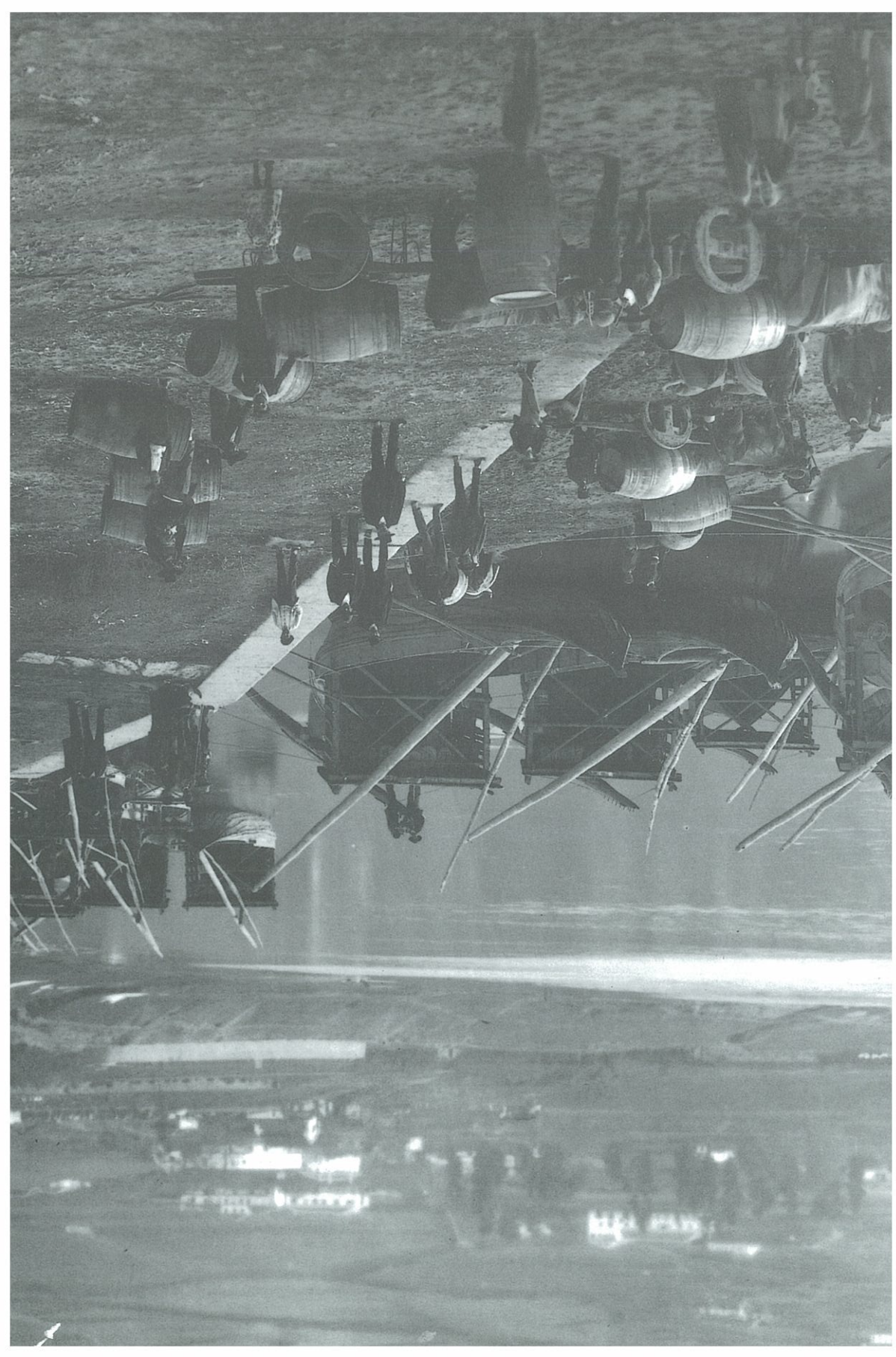
238 Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Fai Penela (Meda)
Maria José Ferreira dos Santos ■ Sandra Raquel Rodrigues

252 Notícias

264 Agenda

EDITORIAL





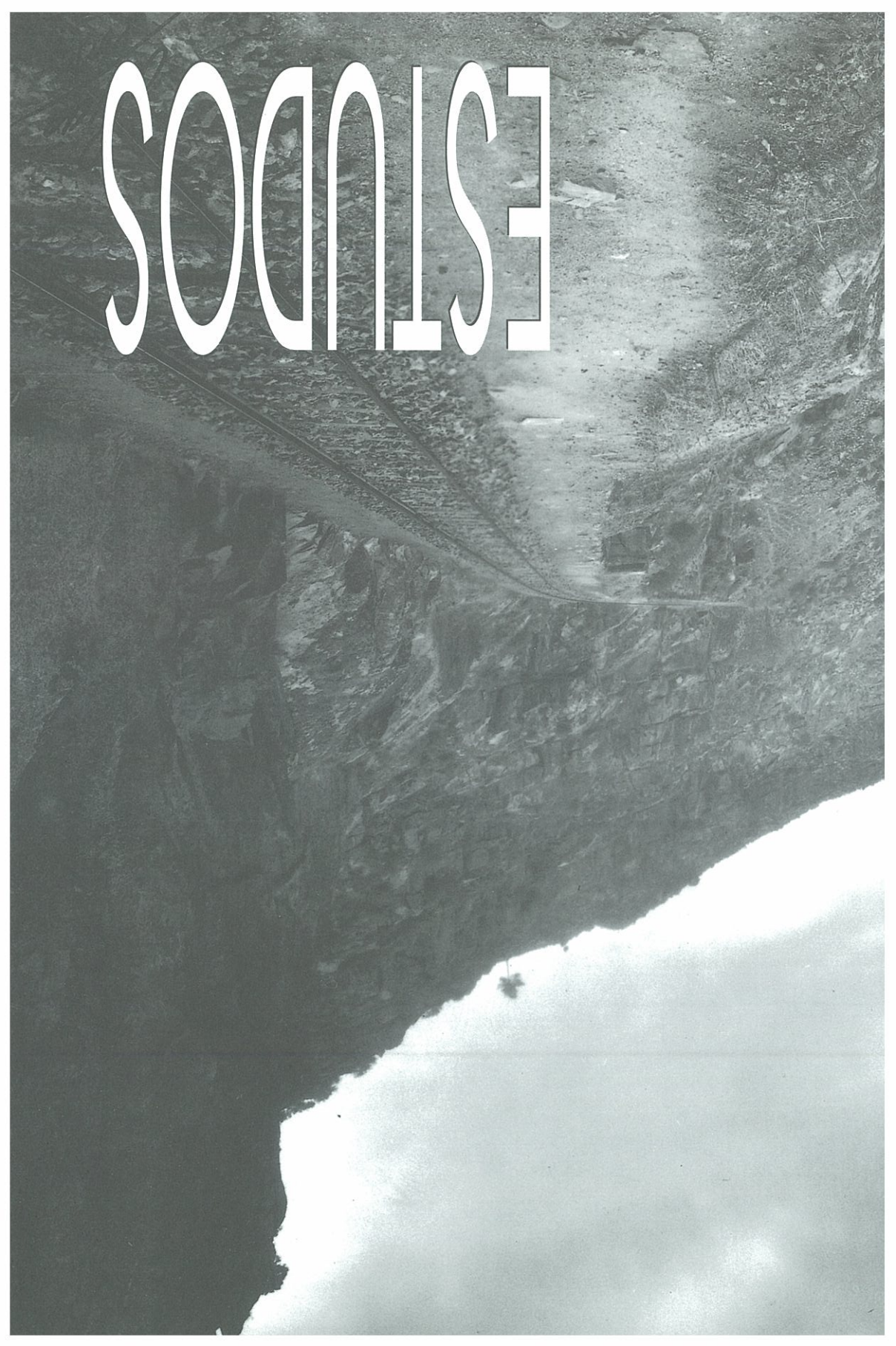
«Embarque de vinhos no cais da Régua». Foto Emílio Biel, ca. 1905.

Ao lançarmos, em 1996, a revista DOURO – Estudos & Documentos, pretendíamos não cumprir um dos objectivos iniciais do GEHVID, divulgando os resultados de investigação do Grupo, mas sobretudo criar um espaço de diálogo aberto a investigadores de outras Universidades e de outros domínios científicos. Pensávamos que a revista deveria ultrapassar o território da história regional e estabelecer pontes com a geografia, a enologia, a antropologia, o direito, a sociologia, a economia, a demografia e outras áreas do saber. Assumindo a responsabilidade da edição da revista, fizemos todos os esforços para que ela se tornasse um espaço de divulgação pluridisciplinar. A constituição do Conselho de Redacção e o protocolo que foi assinado entre o Instituto do Vinho do Porto, a Faculdade de Letras do Porto e os reitorias das Universidades do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro visavam não só criar condições para a continuidade da revista, mas também reforçar a sua vocação pluridisciplinar e interuniversitária. Na edição dos Cadernos da Revista DOURO – Estudos & Documentos, de divulgação de estudos mais longos, temos privilegiado os trabalhos de investigadores de outros domínios científicos. Nesta série, publicamos, nomeadamente, as monografias: *Nas Origens da Casa do Douro*, da autoria de Vital Moreira; *Estrutura e Dinâmica do sector do Vinho do Porto*, de Carlos Melo Brito; *Internacionalização e Concentração no Vinho do Porto (1945-1995)*, de Maria Teresa Silva Lopes.

Continuamos a acreditar nas virtualidades do modelo pluridisciplinar e interuniversitário que definimos no Estatuto Editorial, mantendo um diálogo permanente com a região, com as suas instituições (em especial o Instituto do Vinho do Porto, mas também a Casa do Douro e a Associação de Empresas do Vinho do Porto), empresas, autarquias, e ainda com todos aqueles que, dentro ou fora da Universidade, no país ou no estrangeiro, na história ou noutros domínios do saber, vão realizando estudos sobre a região e sobre a vitivinicultura. Mas, apesar do excelente acolhimento que a revista tem tido, sentimos que estamos longe de atingir os objectivos. Este número, totalmente preenchido por estudos de história, reflecte bem a dificuldade de afirmação da pluridisciplinaridade da revista. Não por falta de abertura do Grupo editorial à publicação de trabalhos de outros domínios científicos. Simplesmente, pelo facto de não nos chegarem artigos dessas áreas, apesar dos contactos e pedidos que fomos fazendo. Por isso, como responsáveis pela edição da revista, reiteramos aqui o apelo a todos os investigadores das Universidades do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro, bem como aos técnicos do Instituto do Vinho do Porto: esta revista é vossa. No GEHVID tudo faremos para manter a regularidade da sua publicação. Mas gostariamos que DOURO – Estudos & Documentos assumisse, nos próximos números, com novas colaborações, a vocação pluridisciplinar e interuniversitária que lhe definimos.



SOONISE ESTUDOS



«Rio Tua no Trailhariz». Foto Alvão, ca. 1940. Arquivo do Instituto do Vinho do Porto.

Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão

Ricardo Teixeira *

DOURO – Estudos & Documentos, vol. III (5), 1998 (1º), 11-28

INTRODUÇÃO

As bacias dos rios Balsemão e Varosa, afluentes da margem esquerda do Douro, correspondem aproximadamente aos actuais limites administrativos dos concelhos de Lamego e de Tarouca, constituindo uma vasta área, encaixada entre o Douro e as Serras do Montemuro e da Nave, a Sul, para a qual não dispomos de quaisquer trabalhos de inventário ou carta arqueológica publicados.

Centrando-nos apenas no período romano, vemos que, nos últimos anos, são essencialmente os textos epigráficos que têm atraído a atenção dos investigadores. Revelaram-se novas epígrafes entretanto descobertas e foram revistas e reinterpretadas leituras antigas e ultrapasadas (Vaz 1979, 1982, 1982a, 1983). O trabalho de síntese cartográfica e de caracterização de sítios e achados romanos apresentado por Jorge Alarcão (Alarcão 1988), válido e útil à escala nacional, revela-se frágil e com evidentes lacunas quando transposto para a escala regional de análise em que nos situamos¹.

Estamos pois ainda longe de poder traçar com a objectividade e o rigor que desejáramos os contornos do processo de romanização da bacia média do Douro. A falta de trabalhos de síntese sobre o assunto reflecte a ausência de verdadeiros programas de pesquisa sistemática no terreno, continuando a remeter-nos inevitavelmente para um pequeno conjunto de locais que têm merecido destaque pela notoriedade ou particularidade dos seus vestígios. Referimo-nos a

* Arqueólogo. Mestre em Arqueologia. Investigador do GEHVID.

¹ Observe-se, a título exemplificativo, o mapa que apresentamos e compare-se a densidade de vestígios na área que prospectámos com o número dos que se encontram referenciados por Alarcão nas zonas envolventes.

Panóias, Cárquere, Cidadelhe, Fonte do Milho, Trailhariz..., alguns deles também ainda insuficientemente estudados.

Assim, o quadro do povoamento, a organização do espaço e a localização dos núcleos urbanos que estruturavam o território regional, o traçado da rede viária, as modalidades e evolução dos tipos de *habitat* – *villa*, *vicum*, *forum*, *mutatio*, *civitas*, *oppidum*, *casal* ou outros – são elementos essenciais deste período que nos continuam a escapar.

Ao retomarmos o estudo das fases subsequentes da história regional – Alta Idade Média, Reconquista e primeiros tempos da formação da nacionalidade – interessa-nos particularmente o conhecimento dos antecessores romanos, alto e baixo imperiais, sobre cuja estrutura assenta o quadro geopolítico e administrativo suavo-visigótico da sede episcopal lameense.

É neste contexto que se apresentam estas linhas, cujo objectivo é essencialmente o de contribuir para um inventário dos vestígios romanos desta parcela duricense. Não apresenta um carácter sistemático nem sequer uma estrutura unitária, pois foi construído a partir de elementos que fomos coligindo ao longo do tempo, no decurso de trabalhos feitos com motivações e perspectivas variadas. Para além dos locais que já se encontravam referidos na bibliografia, apresentam-se também diversas estações arqueológicas inéditas, ajudando a preencher o quadro que futuramente há-de fundamentar uma síntese sobre o povoamento romano regional.

O trabalho consta de uma primeira parte em que se apresentam, em linhas gerais, elementos e reflexões acerca da estrutura da rede de povoamento regional em épocas pré-romana e romana. Como complemento, a segunda parte é constituída por um breve inventário das estações referenciadas, utilizando-se uma ficha descritiva com os seguintes elementos: N.º Cartográfico; Designação da estação; Localização administrativa; Coordenadas Gauss; Altitude; N.º da Carta Militar; Caracterização e Bibliografia. A cidade de Lamego mereceu um tratamento gráfico próprio, ensaiando-se uma cartografia dos elementos romanos identificados. Finalmente é também apresentada uma cartografia do conjunto das estações, na escala 1 : 250 000, que permite visualizá-las no contexto mais amplo do povoamento romano da bacia média do Douro.

Este texto, sob a forma de apontamentos, resulta essencialmente de um conjunto de elementos, alguns dos quais coligidos há mais de uma década, em que se reúnem dados em condições diversas. Alguns remontam a 1982, quando, ainda estudante, realizávamos um estudo para a Faculdade (TEIXEIRA 1982), outros a 1990, quando preparávamos o dossier de património arqueológico do Plano Director de Tarouca (TEIXEIRA 1992). Numa altura em que se anima o interesse histórico e arqueológico pela região duricense, entendemos oportuna a publicação destes elementos, alguns com bastante tempo, mas em todo o caso actuais e úteis por se referirem também a locais inéditos, não referenciados na bibliografia sobre a região.

O QUADRO DO POVAMENTO PRÉ-ROMANO

O tipo de *habitat* sob a forma de povoado fortificado que terá prevalecido e caracterizado a estrutura e a rede de povoamento do Noroeste nas vésperas da conquista romana encontra-se bem representado nesta região. O primeiro aspecto a merecer comentário diz respeito ao número destes povoados que não será talvez tão elevado como uma leitura menos atenta da bibliografia poderia fazer crer. Com efeito, a existência de locais fortificados não é exclusiva deste período, e muitas serão certamente as implantações deste tipo que poderemos vir a atribuir ao período Altomedieval e da Reconquista, podendo ter ou não ocupações anteriores. O denominado «castro» da Penajóia é um exemplo dos que teremos de riscar do período pré-romano.

Relativamente ao espaço da cidade de Lamego, também a pré-existência de um «castro» no local do actual castelo resulta problemática, não passando de uma hipótese que, apesar de plausível, não possui para já qualquer fundamento material.

Restam pois nesta área 6 povoados fortificados com ocupação pré-romana, cuja existência se pode documentar através das estruturas de fortificação ainda visíveis e das cerâmicas recolhidas à superfície (n.º 1, 5, 11, 17, 20). A implantação destes povoados parece seguir dois modelos aparentemente distintos: os que se localizam a grande altitude, no rebordo de zonas planálticas, mas sobranceiros a bacias hidrográficas importantes, com vista sobre largos horizontes tanto da zona planáltica como do vale; os que se localizam a baixa altitude, em outeiro ou remate de esporão, no centro do vale, na confluência de linhas de água importantes.

O povoado fortificado de S. Domingos (n.º 1) implanta-se a 738 m de altitude, numa elevação situada no rebordo ocidental da zona planáltica de Armamar, dominando o curso inferior do Varosa, na confluência deste rio com o Douro. O «Castro» de Mondim (n.º 20) situa-se, por sua vez, a 855 m de altitude, no rebordo Norte do planalto da Serra de Leomil, dominando toda a vasta bacia do Varosa, na zona de Tarouca. Finalmente o povoado fortificado da Maia/Sta. Bárbara (n.º 5) localiza-se num remate de esporão da vertente da Serra de Sta. Helena, sobranceiro à Ribeira de Tarouca, numa altitude que ultrapassa os 1000 m. A estratégia de implantação destes povoados enquadra-se no primeiro modelo que definimos, ligado talvez a sociedades com uma economia essencialmente pastoril – a proximidade imediata é a da serra e do planalto, onde se deveriam situar os principais recursos destes povoados. O domínio do vale resulta mais aparente do que real – parecendo representar mais um controlo visual sobre uma área que se situa já frequentemente fora do percurso realizável numa única jornada.

Os outros dois povoados fortificados, Sta. Bárbara/Castelo (n.º 17) e Torão

(nº 11) correspondem a uma implantação do tipo do segundo modelo que defini- mos. Sta. Bárbara situa-se no coração da veiga do Varosa, num outeiro apto para a exploração de amplos recursos fluviais e fundiários. O povoado fortificado do Torrão implanta-se num pequeno remate de esporão situado a 165 m de altitude, na confluência do rio Varosa com o Douro, mesmo junto a estes rios. Os recursos fluviais do Douro (aí incluindo a navegabilidade e as trocas comerciais eventual- mente associadas a uma via de penetração a partir do litoral) parecem ter aqui sido determinantes.

Que sentido atribuir a estes dois modelos de implantação aparentemente distintos? A natural complexidade da questão junta-se ainda a escassez e fragili- dade dos dados informativos de que dispomos para a região. Na ausência de sondagens arqueológicas é a própria questão essencial da cronologia que fica por esclarecer. Seriam todos estes povoados contemporâneos entre si? Estariam todos eles ainda ocupados aquando da conquista romana?

Infelizmente os dados de que dispomos não nos permitem responder inequi- vocamente a qualquer destas ou outras questões. Em nenhum dos povoados se realizaram escavações arqueológicas científicas. Os trabalhos efectuados no início do século no «Castro» de Mondim dão-nos algumas pistas para a compreensão deste povoado, mas não nos permitem a generalização dessas observações. O povoado parece ter as suas raízes no Bronze Final, com a construção de um primeiro reduto defensivo em talude, situado no topo da elevação. Aparente- mente a ocupação seria contínua e o povoado teria sido romanizado, sendo então acrescentada uma segunda muralha em pedra, de perímetro alargado. Teremos aqui um exemplo de «sucesso» de um povoado implantado segundo uma estratégia «arcaica» da Idade do Bronze, que se soube adaptar e integrar na nova ordem imposta por Roma? Dos outros dois povoados deste tipo, um – S. Domín- gos – não parece ter conhecido ocupação romana, e o outro – Maia – apresenta alguns vestígios romanos à superfície – cuja cronologia não é determinável – mas que, sem testemunhos directos na estrutura do *habitat*, não poderemos afirmar seguramente que se trate de romanização e não de reocupação mais tardia de um povoado que à própria data da conquista poderia estar já abandonado.

Em termos de organização do território e identificação de hierarquias na rede de povoamento, os elementos disponíveis para a época pré-romana são escassos e no actual estado da investigação seria prematuro querer estabelecer tal quadro. Desconhecemos também o nível de interacção social e política existente entre as diversas comunidades habitantes dos povoados fortificados que estudamos. Tomando como base os elementos da reorganização territorial romana, que geralmente tomava em consideração algo da realidade pré-existente, e seguindo a proposta de J. de Alarcão (Alarcão 1988) esta seria a região dos *Collarii*. Não sabemos, no entanto, qual o grau de identidade e integração sócio-política que

lhes corresponde, nem tão pouco se será lícito sequer procurar no *habitat* um lugar central pré-romano que assumisse uma qualquer capitalidade. Esse lugar central, se existiu, poderá ter-se localizado até fora da área que estudamos, mas nela é o Castro de Mondim o que aparenta reunir melhores condições, não só pela sua localização e dimensões mas também pela imponência das estruturas ainda reconhecíveis.

O QUADRO DO POVAMENTO ROMANO

A reorganização administrativa do território que se terá seguido à conquista romana mostra-nos a margem Sul do Douro (Alarcão 1990: 367) dividida em *civitates* com territórios de menores dimensões do que as do Centro e Sul de Portugal. Na zona de Lamego ficaria a dos *Collarni*. Um marco delimitatório de Nerva, encontrado em Goujoim (Vaz 1979), um pouco para nascente da área que estudamos, indica-nos o limite oriental dos *Collarni* que aqui confrontava com os *Arabrigenses*. A Norte, o limite da *civitas* seria o Douro e, a Sul, as serras de Montemuro, Leomil e Lapa (Alarcão 1988: 38). A localização da capital é incerta. A importância dos vestígios encontrados em Cárquere faz deste local um centro aparentemente mais importante do que Lamego, restando no entanto a possibilidade de se localizar já fora desta *civitas*, no território dos *Faesuri*.

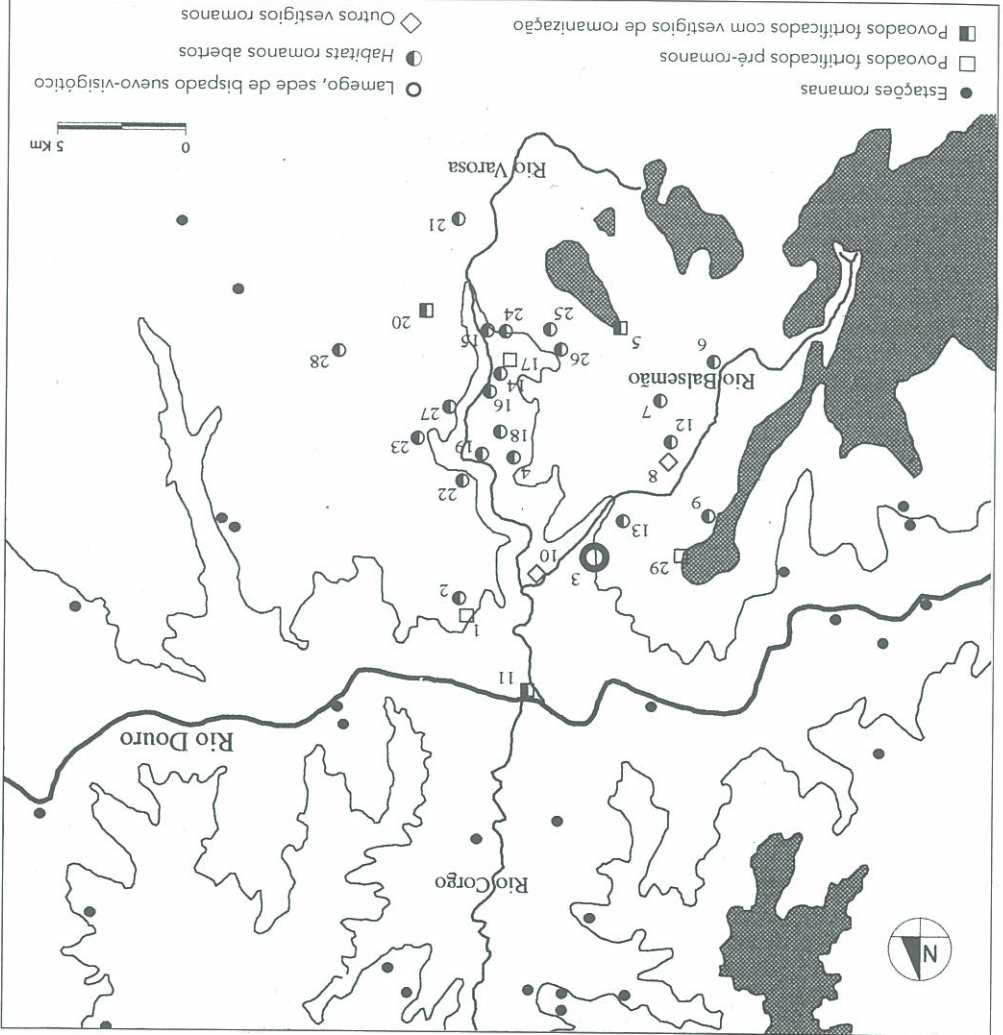
A importância de Lamego, mesmo não se lhe atribuindo a capitalidade do território, destaca-se perfeitamente no contexto da área em estudo. Assim o justificam a quantidade e qualidade dos vestígios aí encontrados (planta anexa). Em primeiro lugar os dados da epigrafia: mais de metade (9 em 16) das epígrafes latinas do território que estudamos provêm da cidade. A onomástica revela uma população essencialmente indígena. Destaque-se, porém, a categoria social dos intervenientes registados numa placa, de apurado lavor clássico, conservada na Igreja de Almacave: a defunta é identificada pelo *nomen* e *cognomen* – *IVLIAE MARCELLAE* –, a cidadania do marido é atestada pelos *tria nomina* – *QVINTVS SCAIVVS VEGETS*. Numa outra epígrafe funerária encontrada na cidade, identificam-se os descendentes de uma indígena proveniente da *civitas* dos *Meidubrigenses* – *BOVTIA MEIDVBRIGENSIS*. Poderemos ver aqui um indicio de atracção populacional exercida por Lamego sobre indígenas de outras *civitates*, ou tratar-se-á apenas de um facto isolado? O aparecimento de elementos de estatuária em mármore na zona de Almacave, na cidade de Lamego, reforça ainda a ideia da importância crescente deste centro que se irá tornar sede episcopal na época suavo-visigoda.

A organização do seu espaço e da topografia do aglomerado em época romana está ainda por conhecer. A cartografia dos vestígios que ensaiamos (*vide*

Os contornos da transformação da estrutura do *habitat* rural e da rede de povoamento que a ocupação romana opera na região estão ainda longe de poder ser traçados com precisão. A distribuição dos vestígios de *habitat* aberto sugere a expansão deste tipo de assentamento, que então se terá dispersado por encostas

localidade. só essa hipótese, mas também a cronologia e grau de urbanização desta pesquisa arqueológicas no solo urbano permitirá um dia esclarecer com rigor não férica a Norte e outra talvez na zona de Almacave. Porém, só a realização de tes do actual Bairro do Castelo, com uma das necrópoles situada na zona peri-planta anexa) permite-nos supor a localização do núcleo do povoado nas vertentes do actual Bairro do Castelo, com uma das necrópoles situada na zona peri-

Povoamento romano nos vales de Varosa e Balsemão.



e vales. Que cronologias apontar para este processo? A escassez do espólio de superfície e a falta de estudos regionais sobre a evolução das cerâmicas comuns dificultam qualquer tentativa de análise diacrónica com base nestes elementos. A análise espacial do povoamento não é muito mais esclarecedora. A forte concentração de estações na zona do vale do Varosa, situada entre Tarouca e Salzedas, poderá expressar a atracção exercida pela fertilidade dos seus campos, mas o contraste observável com a vertente para o Douro e a área em volta de Lamego será muito mais a expressão da falta de trabalhos de campo nestas últimas.

No seu conjunto, as estações identificadas caracterizam-se pelo aparecimento de *tegulae*, cerâmica comum, elementos de colunas, mós e pedra miúda de construções. A avaliar pela dispersão dos materiais, a área ocupada nunca é muito extensa, embora saibamos que este critério possa depender de muitos factores – como o próprio estado actual dos solos. O caso da estação n.º 27, Leirós/Portela, na Ucanha, por nós conhecida desde há vários anos, é neste campo elucidativa. Uma visita recente ampliou a área da estação para mais do dobro, após os terrenos envolventes terem sido arroteados para a plantação de um novo pomar.

A identificação do tipo de estrutura que caracterizaria cada um dos locais é ainda mais problemática, podendo muitos deles certamente corresponder a «casais» ou estabelecimentos de vocação agrícola. Duas das estações, porém, destacam-se do conjunto, pela importância dos vestígios conhecidos: Paço, em Meijinhos (n.º 7), de onde se conhecem uma estela funerária e uma ara dedicada ao Sol; e Tintureira, em Salzedas (n.º 23), único local em que até agora se recolheu *sigillata* à superfície e onde as enormes e bem talhadas pedras almofadadas fazem supor uma construção de vulto.

Um outro aspecto que aguarda ainda investigação, e que é essencial para entender o quadro do povoamento, é o da viação romana. A inexistência de marcos miliares nesta zona impede a identificação, ainda que aproximada, de qualquer traçado viário. O milário atribuído por J. Alarcão (Alarcão 1988: 4/49) ao lugar do Padrão, na freguesia de Tarouca, carece ainda de confirmação. Trabalhos de prospecção por nós realizados nessa zona por ocasião da preparação do Plano Director Municipal de Tarouca (Teixeira 1992) levaram-nos, para além do reconhecimento do referido padrão – que não apresenta qualquer epígrafe, mas uma cruz gravada no seu topo – à descoberta de um outro, em tudo idêntico ao primeiro. Pela sua implantação, que parece ser a original, julgamos tratar-se mais provavelmente de marcos delimitatórios do coto do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca.

Para além da ligação ao Douro, e sua travessia, que a região teria forçosamente que ter, a ligação para Sul, para a zona de Viseu, seria feita por Castro Daire, atravessando a Serra, ou então, mais provavelmente, pela zona de Mo-

menta da Beira, mais povoada e onde existem vestígios da sua passagem (milhares e calçada). Este eixo para o interior da Beira é, aliás, em parte, coincidente com o que veio a ser utilizado durante a Idade Média, entre Lamego e Trancoso.

INVENTÁRIO DE SÍTIOS E ACHADOS ROMANOS

Nº 01 S. Domingos

Localização: Viseu, Armamar, Fontelo

Coord. Gaus: M-232.45; P-461.35. Altitude: 738 m. Fl.: 127

Caracterização: Povoador fortificado muito destruído pelas pedreiras e acessos à capela.

Restam alguns vestígios das muralhas e cerâmica pré-romana.

Bibliografia: FERNANDES 1961; COSTA 1979; 165; TEIXEIRA 1982; SILVA 1986: nº 872;

TEIXEIRA *et al.* 1990: 127.2.

Nº 02 Galiana/Nagarães

Localização: Viseu, Armamar, Fontelo

Coord. Gaus: M-233; P-461. Altitude: 630 m. Fl.: 127

Caracterização: Vasta área de dispersão de *tegulae*, cerâmica comum, mós, pesos de

tear, pedras de construções. Notícia do aparecimento de um forno que se encontra

soterrado.

Bibliografia: ALBUQUERQUE 1961: 6; TEIXEIRA 1982; MONTEIRO 1984: 244.

Nº 03a Campo do Tabolado

Localização: Viseu, Lamego, Almacave

Coord. Gaus: M-227.2; P-459.1. Altitude: 520-530 m. Fl.: 137

Caracterização: Vestígios de necrópole romana, detectados em 1852, de que se

conservam dois vasos. Um, de cerâmica negra, apresenta decoração brunida e o grafito

IVNI SEVERI. O outro, uma bilha de pasta beije, apresenta decoração geométrica pin-

tada, castanho-alaranjada, e o grafito: RVFINIII CAF (?) MA ou NA NI (?) NV. Os vasos

foram encontrados «dentro de túmulos, dez palmos abaixo dos alicerces do Convento

dos Eremitas de Sto. Agostinho».

Bibliografia: SERPA PINTO 1926; ALARÇÃO (A.) 1975: 104; TEIXEIRA 1982; ALARÇÃO

1988: 4/7; TEIXEIRA *et al.* 1990: 137.15.

Nº 03b Igreja de Almacave

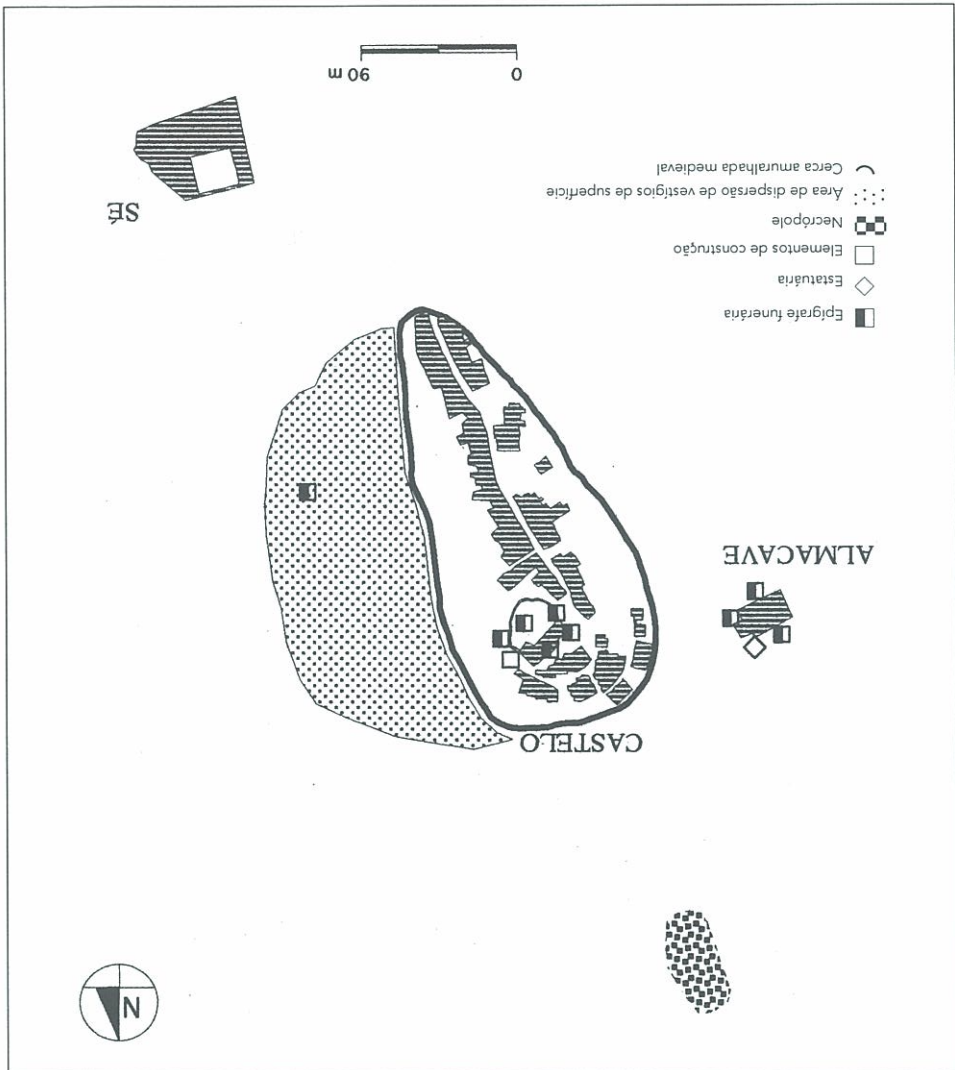
Localização: Viseu, Lamego, Almacave

Coord. Gaus: M-227.1; P-458.9. Altitude: 520 m. Fl.: 137

Caracterização: Duas estelas funerárias com onomástica essencialmente indígena:

Cvva, Favgenda, Doqvns, Tvrvs, Ibdoen, Talote, Vegetvs. Uma placa funerária de

moldura clássica, *ductus* cuidado e onomástica latina: *Ivlla Marcela, Marcvs, Qvintvs*



Lamego, vestígios romanos:

Scaevius Vegetus. Notícias do aparecimento de moedas romanas. Conservam-se no Museu Regional de Lamego uma cabeça e uma estátua romana em mármore, representando figuras femininas, que seriam provenientes desta zona.

Bibliografia: COSTA 1977: 47; 1979: 23; TEIXEIRA 1982; VAZ 1982 a; TEIXEIRA *et al.* 1990: 137, 16.

Nº 03c Castelo de Lamego

Localização: Viseu, Lamego, Almacave

Coord. Gaus: M-227.2; P-459. Altitude: 550 m. Fl.: 137

Caracterização: Uma placa e quatro estelas funerárias provenientes dos muros do castelo.